

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 767 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1998



No plenário lotado, dez senadores de diferentes partidos questionam o ministro sobre a privatização das empresas do sistema Telebrás

Na sessão presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, Mendonça de Barros (E) explicou a atuação do BNDES no processo de privatização



Mendonça depõe por quatro horas e nega ter favorecido consórcio

No plenário, ministro das Comunicações responde perguntas de dez senadores de diferentes partidos e garante lisura na privatização

Lotado, o plenário do Senado ouviu ontem, por mais de quatro horas, esclarecimentos do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a respeito do processo de privatização das empresas do sistema Telebrás. O ministro garantiu que não praticou violação dos princípios da impessoalidade e da imparcialidade, que devem prevalecer na administração pública. Na reunião, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, dez parlamentares de diferentes partidos questionaram

Mendonça de Barros a respeito do conteúdo de conversas telefônicas, gravadas, entre o próprio ministro – que conduzia, então, o processo de privatização das companhias telefônicas – e outras autoridades do governo. O presidente do BNDES, André Lara Resende, com quem Mendonça de Barros manteve a maior parte dos diálogos gravados e reproduzidos pela imprensa, compareceu à reunião. O ministro negou ter favorecido o consórcio composto pela Telecom Itália, Previ e Banco Opportunity.

PÁGINAS 3 A 6

BALANÇO

Senado já apreciou 369 matérias em onze meses

Com as sessões realizadas nesta semana, o Senado atingiu o número de 369 matérias apreciadas neste ano. O plenário votou e aprovou, por exemplo, a emenda constitucional limitando os gastos dos municípios com as câmaras de vereadores.

PÁGINA 8

FUNDOS DE PREVIDÊNCIA

MP aprovada proíbe fundos de emprestar dinheiro

PÁGINA 8

PLENÁRIO

Senadores discutem emenda que garante verbas da saúde

PÁGINA 2



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

Segunda-feira (23.11.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (24.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; *Projeto de Resolução nº 102/98, que trata de operação de crédito de interesse do estado do Ceará; *Projeto de Resolução nº 103/98, que autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A., com a intervenção do Banco Central do Brasil, celebrado em 30.3.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e *PLC nº 43/98, que dispõe sobre a autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviço da Marinha

Quarta-feira (25.11.98)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; e *PDLs nºs 141/97, 32/98 e 40/98, que tratam de concessões de rádio

Quinta-feira (26.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; *PLS nº 203/97, que acresce parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.742, de 7.12.93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; e *PLS nº 76/98, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços em programas de interesse social

Sexta-feira (27.11.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (24.11.98)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de 60 anos; *PLC nº 76/95, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social; PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; *Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES; e *PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 19*

Plenário discute proposta de financiamento à saúde

Emenda constitucional estabelece que a União gastará com o setor pelo menos 30% do orçamento da Seguridade Social

O plenário do Senado continua a discutir em primeiro turno, na semana que vem, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante recursos para a área de saúde. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC teve substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta altera quatro artigos da Carta Magna. No principal deles, estabelece que a União aplicará pelo menos 30% dos recursos de seu orçamento de seguridade social no Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto os estados usarão 12% de suas receitas e os municípios 10% do que arrecadam – incluídas as transferências constitucionais da União. Outro artigo permite a intervenção da União nos estados caso estes não apliquem o mínimo exigido na implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Entre os quatro itens já designados para votação na próxima semana está o projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a autonomia da gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviço (OMPS) da Marinha. As OMPS



Antonio Carlos Valadares é o autor da emenda constitucional que será discutida em plenário na semana que vem



Esperidião Amin elaborou o substitutivo à proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

estarão sujeitas a cumprir objetivos, metas e indicadores de desempenho, estabelecidos nos planos e programas da Marinha.

A gestão dessas organizações será controlada através de tomada de contas, exames rotineiros dos comandos superiores e avaliação de órgão de controle externo. O projeto autoriza a contratação de dez mil empregados de nível superior e médio.

Ainda na pauta, dois projetos de resolução: o primeiro autoriza o estado do Ceará a incluir no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, contrato

com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 24 milhões.

O projeto foi apresentado como conclusão de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatado pelo senador Jefferson Pêres (PSDB-AM).

Outro projeto de resolução, também apresentado como conclusão de parecer da CAE, relatado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito no valor total de R\$ 97,5 milhões. O contrato, celebrado entre a União, o estado e o Banco do Estado do Pará (Banpará) é firmado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

CAE analisa na terça-feira empréstimo a Santa Catarina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se na terça-feira, às 10h, para apreciar, entre outros assuntos, pedido de empréstimo feito pelo governo do estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 311,9 milhões, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer favorável.

A CAE também vai apreciar pedido de autorização para que a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) contrate operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 18,4 milhões, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O senador Bello Parga (PFL-MA), relator da proposta, é favorável ao pedido.



José Fogaça apresentou parecer favorável ao pedido de empréstimo de R\$ 311,9 milhões feito por Santa Catarina



Capiberibe disse ao senador Paulo Guerra que os cortes no Orçamento de 1999 diminuem em R\$ 60,9 milhões os recursos destinados ao Amapá

Capiberibe pede a Guerra que defenda verbas para o Amapá

Os cortes previstos na proposta de Orçamento de 1999 para o Amapá, que geram uma perda de R\$ 60,9 milhões em relação à proposta inicial, comprometem vários investimentos do governo estadual, segundo afirmou o governador João Alberto Capiberibe durante encontro com o senador Paulo Guerra (PMDB-AP). Ele pediu ao senador que envie esforços no sentido de reduzir esses cortes.

O valor destinado ao Amapá, na nova versão da proposta orçamentária, é de R\$ 122,8 milhões.

O Amapá foi elevado à categoria de estado pela Constituição de 1988. Mas a instalação só ocorreu em janeiro de 1991, com a posse do primeiro governador eleito. O estado tem uma área de 140 mil quilômetros quadrados e não possui ligação rodoviária com o resto do país.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mendonça de Barros nega favorecimento

Durou mais de quatro horas o depoimento do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ontem, no plenário do Senado. O ministro compareceu, por iniciativa própria, para prestar esclarecimentos sobre suspeitas de irregularidades no processo de privatização do sistema Telebrás, surgidas a partir de gravações de conversas telefônicas entre ele e integrantes do governo federal.

Mendonça de Barros foi argüido por dez senadores de diversos partidos. Em seu depoimento, o ministro disse que as privatizações transcorreram de forma regular e com ampla participação de grupos nacionais e estrangeiros, negando ter favorecido o consórcio composto pela Telecom Itália, pela Previ e pelo Banco Opportunity.

O líder do governo no Congresso Nacional, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu a continuidade das investigações pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, com a fiscalização do Legislativo. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) reafirmou a necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito para esclarecer a atuação do governo na privatização da Telebrás. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro deveria renunciar ao cargo.

A sessão foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, e falaram ainda os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Hugo Napoleão (PFL-PI), Jáder Barbalho (PMDB-PA), Sérgio Machado (PSDB-CE), Ademir Andrade (PSB-PA), Jefferson Péres (PSDB-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE).



O debate com Mendonça de Barros, presidido por Antonio Carlos Magalhães, contou com perguntas de dez senadores de vários partidos

Ministro afirma que privatização da Telebrás ocorreu de "forma regular"

Em depoimento ontem no plenário do Senado, o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse que o processo de privatização do sistema Telebrás – com leilão realizado no dia 29 de julho – transcorreu de forma regular, teve êxito e ampla participação de consórcios nacionais e estrangeiros, com resultado final de R\$ 22 bilhões no valor da venda da empresa. O ministro negou ter favorecido o consórcio formado pela empresa Telecom Itália, a Previ e o Banco Opportunity, desmentindo notícias veiculadas pela imprensa.

Logo no início da sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou uma questão de ordem pedindo que o ministro das Comunicações se comprometesse a falar a verdade durante seu depoimento. Ao citar artigos do Regimento Interno e da Constituição, Suplicy observou que, caso Mendonça de Barros desse informações falsas, poderia ser indiciado por crime de responsabilidade. Em resposta à questão de ordem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que não caberia exigir compromisso formal do ministro sobre a fidelidade de seu depoimento. "Em princípio, não podemos aceitar que ele venha até aqui para prestar informações falsas, por isso não cabe exigir esse

compromisso", explicou.

PRIVACIDADE

Mendonça de Barros condenou a escuta telefônica clandestina de suas conversas com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, e outras pessoas envolvidas com o processo de privatização da Telebrás. Ele lembrou que a escuta foi feita de forma ilegal,



Mendonça de Barros considerou "incoerentes" as acusações de que teria beneficiado o consórcio liderado pela Telecom Itália

"afrontando o direito de privacidade pessoal e de uma autoridade do governo".

O ministro informou que o diálogo gravado e publicado pela imprensa foi feito num momento em que ele se empenhava em estabelecer condições, "dentro da rígida legislação das privatizações", para que todos os consórcios pudessem participar dos 12 leilões realizados para a venda do sistema Telebrás. Segundo ele, as acusações que lhe são imputadas são incoerentes, pois

apontam para um favorecimento do consórcio liderado pela Telecom Itália, que acabou derrotado por um grupo brasileiro, na compra da Tele Norte-Leste.

– A (revista) *Veja* diz que houve manipulação no leilão, mas isso não é verdade. O fato é que o leilão se realizou com regras estabelecidas e atendeu aos objetivos pretendidos, com todas as empresas sendo vendidas – afirmou.

Mendonça de Barros acrescentou que o Opportunity perdeu o leilão da Tele Norte-Leste, apesar de ter dado lance de R\$ 1 bilhão acima do preço oferecido pelo consórcio Telemar. O consórcio não pôde participar do leilão da Tele Norte-Leste porque já havia adquirido um outro segmento do mercado de telecomunica-

ções.

Outra evidência de que não houve manipulação no processo de privatização da Telebrás, segundo o ministro, é que ele previu um preço final de R\$ 16 bilhões ao presidente Fernando Henrique Cardoso na noite anterior ao leilão. Na manhã seguinte, às 10 horas, o resultado confirmava um valor superior, de R\$ 22 bilhões, bem acima da expectativa para a venda da empresa.

Jáder questiona falta de estímulo à competição entre licitantes

O pequeno ágio na privatização do bloco Tele Norte-Leste, cuja proposta vencedora, do consórcio Telemar, pagou apenas 1% a mais que o preço mínimo estabelecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), levou o senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, a questionar, ontem, ao ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, se o governo não teria falhado no objetivo de assegurar e estimular a competição entre os licitantes.

Para o ministro, em uma privatização com a complexidade do sistema Telebrás, é natural que haja desfechos inesperados. Como exemplo, citou os comentários, que circulavam às vésperas do leilão, segundo os quais a Telefônica de Espanha compraria a Tele Centro-Sul, por já haver adquirido a Companhia Riograndense de Telefonia (CRT), do Rio Grande do Sul. O resultado, todavia, foi diferente e a empresa espanhola comprou a Telesp.

Mendonça de Barros confirmou que tinha preferência pessoal pelo consórcio do Banco Opportunity.

– Sabíamos das dificuldades do consórcio Telemar desde o início. As empresas não tinham experiência em telecomunicações nem haviam trabalhado juntas. Mas o consórcio preencheu os requisitos para a participação no leilão – afirmou.

Os problemas do consórcio, segundo Mendonça de Barros, ficaram claros quatro dias depois do leilão, quando seria feito o pagamento da primeira parcela da privatização. O BNDES, para contornar as dificuldades, foi obrigado a participar.

Jáder também quis saber como o ministro tomou conhecimento de que o consórcio integrado pelo Banco Opportunity iria oferecer US\$ 1 bilhão a mais que o consórcio Telemar

pelo bloco Tele Norte-Leste, já que, pelas regras do leilão, o envelope com a proposta de lance do Opportunity teria sido destruído sem ser aberto, já que o grupo havia arrematado a Tele Centro-Sul e não poderia participar de outro leilão. O ministro informou que o valor foi revelado na tarde do leilão por representantes da Telecom Itália, que fazia parte

do consórcio do Opportunity. Em reunião com Mendonça de Barros, explicaram que o consórcio ficou com a Tele Centro-Sul pelo fato de a Previ (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) não ter firmado participação na venda da Tele Norte-Leste.

Nesse caso, o ministro relatou que o consórcio do Banco Opportunity teria dado um lance "preventivo" para comprar a Tele Centro-Sul, e acabou vencedor, garantindo sua participação na privatização do sistema Telebrás e sua exclusão da concorrência pela Tele Norte-Leste.



Jáder perguntou ao ministro como soube de lance do Opportunity

Sérgio Machado destaca a "lisura do processo"

Ao participar de debate com o ministro das Comunicações, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que o mais importante é "apurar se o Estado brasileiro perdeu dinheiro nas privatizações e como trabalhou durante o processo". O senador listou os princípios básicos da privatização e disse que o processo foi conduzido com lisura, atestada pelo fato de que o conhecimento das fitas não levou ao favorecimento de quem poderia se beneficiar das informações contidas nas conversas do ministro.

Mendonça de Barros defendeu o BNDES como condutor do processo de privatizações no Brasil. O ministro fez um histórico do Programa Nacional de Desestatização (PND), que, em sete anos, vendeu cerca de 60 empresas e arrecadou mais de US\$ 80 bilhões.

— O BNDES fez, em metade do tempo, o dobro do que Margareth That-



Para Machado, o importante é saber se houve perda no processo

cher fez na Inglaterra — comparou.

Ele lembrou que o BNDES é o agente do PND por concentrar a inteligência do governo nesse campo. Na conduta do banco, continuou, não há nenhum questionamento levantado e nenhum caso de corrupção. "No gerenciamento do programa, o banco vem criando uma cultura e um padrão inatacável nos seus procedimentos."

Na opinião do ministro, mais relevante que a atuação do BNDES na privatização do bloco Tele Norte-Leste foi o trabalho desenvolvido na venda da Embratel. Segundo ele, as duas empresas americanas, Sprint e MCI, estavam, na véspera do leilão, discutindo questões regulatórias que condicionavam sua participação no processo. Porém, no dia da venda, as duas empresas disputaram a Embratel no pregão viva-voz da bolsa, o que levou a um ágio de 30% na venda da estatal.

Ademir questiona ligações do ministro com Lara e Arida

Na inquirição do ministro das Comunicações a respeito das suspeitas levantadas contra o processo de privatização do sistema Telebrás, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) questionou as ligações entre as autoridades responsáveis pela condução do leilão e dois dos empresários interessados nas estatais da área de telecomunicações.

Depois de apresentar "um breve currículo" da trajetória profissional do ministro Mendonça de Barros, de André Lara Resende (presidente do BNDES), de Pêrsio Arida e de Daniel Dantas, dirigentes do Banco Opportunity, o parlamentar manifestou sua contrariedade com o fato de três deles (Mendonça de Barros, Lara e Arida) já terem sido sócios em um banco privado de investimentos (Matrix), além de dirigentes do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em resposta, o ministro confirmou a trajetória profissional dos três

e manifestou-se favorável à "quarentena" na passagem de dirigentes de instituições financeiras públicas para o setor privado. "Desde que o Tesouro pague o salário da pessoa por algum tempo, para que ela tenha como sobreviver."



Ademir questionou o êxito da corretora de filhos do ministro

Mendonça de Barros repudiou as referências feitas pelo senador ao sucesso de seus dois filhos, Daniel e Marcelo, na área de corretagem. Ademir Andrade perguntou diretamente ao ministro se tanto êxito, em tão pouco tempo de atuação da Corretora Link junto à Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo, se devia à "competência, favorecimento ou tráfico de influência".

Mendonça de Barros destacou, ainda, em resposta a questões formuladas pelo senador paraense, não temer a quebra de seu sigilo bancário ou a exposição de sua declaração de renda. Sobre a questão da CPI, no entanto, o ministro preferiu não opinar, argumentando que não era de sua competência.

Suplicy vê falta de isenção na montagem do leilão

Mendonça de Barros defende-se dizendo que seu objetivo sempre foi evitar fusão de empresas para comprar estatais pelo preço mínimo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que razões o levaram a buscar o fundo Previ, e não qualquer outro, para associar-se ao Banco Opportunity na disputa pelas empresas do sistema Telebrás. "Será que suas ações representaram realmente maior incentivo à competição?", indagou o senador.

Mendonça de Barros sustentou que não colocou a Previ e o Banco Opportunity no negócio, e garantiu que não houve, na condução do processo, a quebra da impessoalidade, um dos princípios básicos da administração pública. O ministro argumentou que haveria falta de impessoalidade se ele e o presidente do BNDES, André Lara Resende, tivessem passado a Pêrsio Arida, sócio do Banco Opportunity, a informação privilegiada de que o consórcio Telemar "não estava conseguindo recursos sequer para o lance mínimo".

As principais indagações de Suplicy trataram dos seguintes pontos: o que levou Mendonça de Barros a sensibilizar o Banco do Brasil a dar fiança ao Opportunity, por que ele buscou fazer a Telecom Itália juntar-se ao Opportunity, o que o levou a escolher esse banco entre tantas outras alternativas; se o ministro combinou com o presidente do BNDES recorrer ao presidente da



Suplicy aponta quebra da impessoalidade. Mendonça de Barros (na mesa com senadores) disse que não houve qualquer violação

República, no sentido de usar uma "bomba atômica" para forçar a Previ a associar-se ao Opportunity, e o que seria essa "bomba atômica".

Mendonça de Barros defendeu-se dizendo que seu objetivo sempre foi evitar manobras comerciais, como, por exemplo, que as empresas se fundissem e comprassem a estatal pelo preço mínimo. "Queríamos ter pelo menos dois consórcios participando", afirmou. Conforme o ministro, o consórcio Telemar (do empresário Carlos Jereissati) vinha planejando um truque financeiro, identificado e evitado. Ele também argumentou: "Se eu e André fôssemos corruptos, teríamos passado a informação para Arida e ele não daria um lance de R\$ 1 bilhão superior ao

preço mínimo".

Suplicy entende, no entanto, que, ao intervir na formação dos consórcios que participaram do leilão da Telebrás, sob a alegação de que defendiam os interesses do Tesouro e buscavam o maior preço, Mendonça de Barros e Lara Resende teriam violado os princípios da impessoalidade e da isenção no exercício de suas funções públicas. O ministro respondeu estar convencido de que não cometeu tais violações, pois "ato impróprio seria reduzir o número de concorrentes".

Mendonça de Barros também negou qualquer interferência na formação do consórcio encabeçado pela Telecom: "Isso foi feito privadamente, entre eles".

Napoleão cobra providências contra disseminação do "grampo"

Em sua interpelação ao ministro das Comunicações, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, que também já ocupou a pasta, quis saber que providências estão sendo tomadas para evitar a disseminação da prática do "grampo" e, no caso específico da gravação das conversas de Luiz Carlos Mendonça de Barros, que medidas foram tomadas para descobrir os responsáveis pela escuta telefônica.

O ministro respondeu que, ao saber dos "grampos", procurou pessoalmente o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para solicitar abertura de inquérito policial. A seu ver, a maior parte do que está sendo publicado na imprensa são "rumores", de modo

que, se a gravação de telefonemas por terceiros é crime contra a privacidade individual, também o é "dar curso ao grampo", como o estariam fazendo as revistas *Veja* e *Carta Capital*, disse.

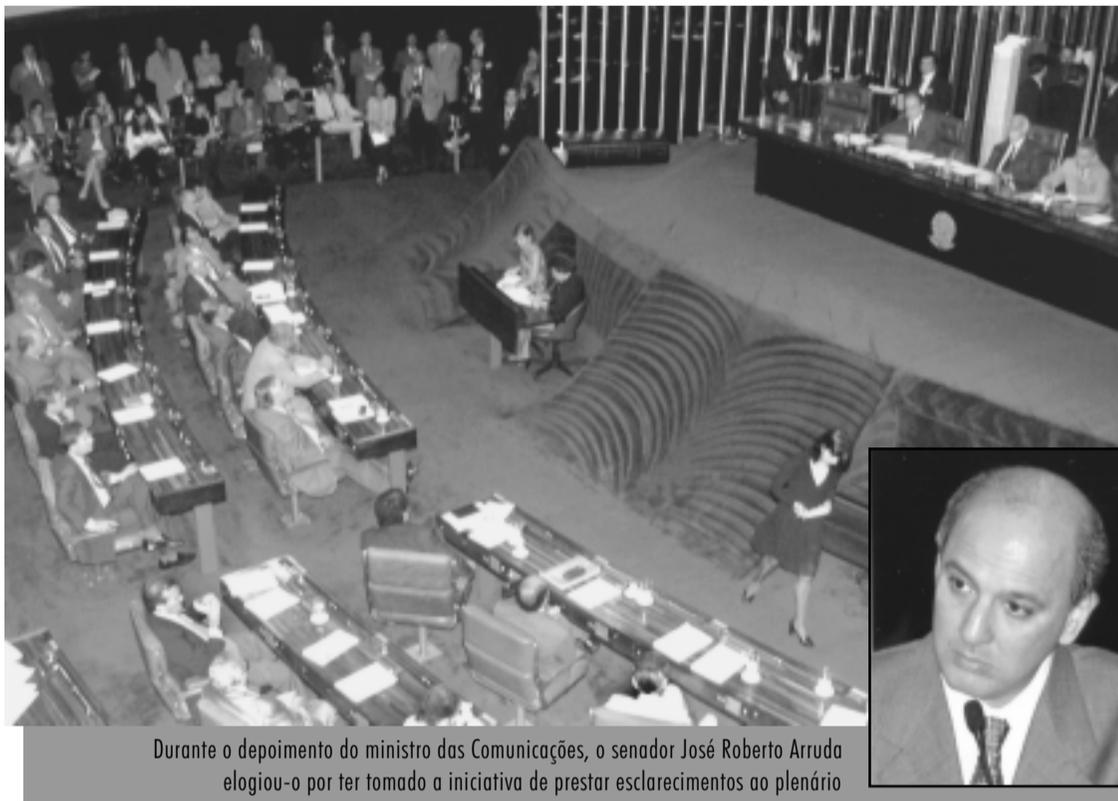
Hugo Napoleão considerou um absurdo que uma ligação telefônica do presidente da República possa ser ouvida e gravada por terceiros. O ministro, por sua vez, afirmou que os "grampos" denotam a existência de uma indústria de venda de informações, questão muito séria, por envolver instituições e não indivíduos. No seu caso particular, Mendonça de Barros disse não ter dúvidas de que está sendo vítima de chantagem. "Mas sou forte o suficiente para enfrentar isso. E a sociedade?", perguntou.



Hugo Napoleão considera criminosos tanto o ato de "grampear" telefones, como o de divulgar o conteúdo das conversas

Arruda defende apuração pelo Ministério Público

Líder do governo lembra hierarquia das ações do Estado para justificar a continuidade das investigações pelo órgão próprio, com a fiscalização do Congresso. E pede conclusões explícitas, que permitam a punição dos culpados



Durante o depoimento do ministro das Comunicações, o senador José Roberto Arruda elogiou-o por ter tomado a iniciativa de prestar esclarecimentos ao plenário

Simon pede renúncia do ministro das Comunicações para encerrar episódio

Durante o depoimento do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) instou-o a renunciar ao cargo. "O presidente Fernando Henrique Cardoso não poderá demiti-lo, porque seria acusá-lo de atos desonestos, mas, diante de um fato político tão grave como a divulgação das fitas, o senhor deveria renunciar. Esse noticiário vai continuar e não lhe dará paz", disse o senador.

Em resposta, Mendonça de Barros garantiu: "Na hora em que houver consenso no Senado sobre a necessidade de minha renúncia, assim o farei, mas não posso deixar o governo sob acusações ilícitas". Simon afirmou existir uma "quase unanimidade" entre os senadores de que a renúncia seria a melhor saída para o episódio, mas destacou não haver dúvidas quanto à honestidade ou honra do ministro.

O senador lembrou o caso do ex-ministro Rubens Ricupero, para ilustrar sua tese de renúncia. "Ele foi um ministro excepcional, mas foi traído por uma frase infeliz e renunciou. Ao fazê-lo, engrandeceu-se. Nem antes



Simon advertiu que, "na política, as palavras contam tanto quanto os atos"

nem depois, nunca surgiu qualquer acusação contra a honra de Ricupero, mas suas palavras inviabilizaram sua permanência no governo", explicou, contestando a posição de Mendonça de Barros de que não poderia ser condenado por suas palavras, apenas por seus atos, se fossem ilícitos.

O senador pelo Rio Grande do Sul disse que não é importante saber quem gravou as fitas. "Foi um vigarista qualquer e deve ser preso. O fato grave de tudo isso foi a violação flagrante das regras de

licitação pública, que também devem ser cumpridas, rigorosamente, no caso dos leilões. As fitas demonstram isso", disse Simon, concluindo que "na política, as palavras contam tanto quanto os atos".

Ao final do depoimento de Mendonça de Barros, o líder do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado (CE), fez questão de dizer que "não há consenso entre os senadores sobre a oportunidade ou necessidade de renúncia do ministro, como garantiu Pedro Simon".

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, acredita que o episódio envolvendo o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, deve continuar sendo apurado pelo Ministério Público e a Polícia Federal, com a fiscalização do Congresso. As investigações, disse o senador, deverão trazer conclusões explícitas, para que os culpados possam ser punidos.

– Acho fundamental que, no amadurecimento político da nação brasileira, se reflita sobre a hierarquia das ações institucionais do Estado. Há uma denúncia e ela tem que ser investigada pelo órgão próprio. E nós todos do Congresso temos que cumprir o nosso papel para que essa investigação tenha conclusões explícitas – afir-

mou Arruda.

O senador perguntou ao ministro, durante seu depoimento ao Senado, ontem, sobre as diferenças entre um processo de licitação e um leilão público. Mendonça de Barros explicou que as duas formas de concorrência são completamente diferentes, já que uma visa a aquisição de um equipamento, material ou serviço, e a outra tem como objetivo a venda do controle da empresa e da participação acionária do governo.

Arruda também registrou seu apoio ao ministro por ele ter tomado a iniciativa de propor ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, seu comparecimento à Casa para prestar esclarecimentos aos senadores sobre o processo de privatização do Sistema Telebrás.

Dutra afirma que exigências para licitação foram feridas

"Em qualquer estado de direito, o agente público responsável por licitações ou leilões não pode ter preferência e muito menos trabalhar por seus escolhidos. As fitas comprovam que a exigência da impessoalidade foi ferida", afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), contestando declaração do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, de que um "trabalho pré-leilão é indispensável ao êxito das privatizações no Brasil".

Dutra perguntou ao ministro, durante seu depoimento ao plenário do Senado, ontem, quais foram os interesses contrariados pelo resultado do leilão. Segundo o ministro, os responsáveis pela gravação das fitas foram os que tiveram seus interesses contrariados. "Essas fitas surgem pós-leilão, quase como uma chantagem.

Quem está fazendo isto? O que está sendo exigido?", quis saber o senador, enfatizando: "Mais do que antes, considero indispensável a realização da CPI das privatizações, proposta pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP)".

Mendonça de Barros disse ser necessário separar a privatização "sem problemas" de 11 empresas do sistema Telebrás do leilão da Tele Norte-Leste, cujas negociações pré-leilão foram gravadas em fitas ilegais. "Minha opinião sobre a fragilidade do consórcio Telemar foi profética, pois já está nos criando problemas. Por sorte, conseguimos exigir que 25% das ações ficassem sob o controle do BNDES, que está financiando a operação, para salvaguardar os interesses dos consumidores", afirmou o ministro na resposta ao senador José Eduardo Dutra.



José Eduardo Dutra considera indispensável a instalação de uma CPI sobre as privatizações

Roberto Requião pede CPI do "grampo"

Convencido de que as gravações das conversas entre Mendonça de Barros e Lara Resende demonstram a existência de delitos na privatização das teles, senador quer esclarecer a responsabilidade das autoridades pelas irregularidades

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao participar ontem do debate com o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para esclarecer se as autoridades responsáveis pelo processo de privatização das empresas estatais de alguma forma influenciaram ou direcionaram os resultados dos leilões do setor de telecomunicações.

O senador defendeu a CPI ontem, ao inquirir o ministro das Comunicações. Para ele, a licitação promovida pelo BNDES foi "esdrúxula" e contém ilícitos.

Requião leu transcrições feitas pela revista *Carta Capital*, entre elas a passagem em que Mendonça de Barros diz a André Lara Resende o seguinte: "Temos que fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema".

O senador quis saber se o ministro reconhecia na fita a sua voz e se autenticava esse diálogo na teia de conversas editadas e trazidas a público



Para o senador Roberto Requião, a venda das empresas de telecomunicação foi "esdrúxula"

pela imprensa.

Em seguida, citou a Constituição federal e a Lei de Improbidade Administrativa, para dizer que é de cinco a oito anos a pena de suspensão de direitos políticos para quem "frustra a licitude do processo licitatório".

IMPROBIDADE

Ele leu o texto *Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas*, de Antônio Roque Citadini, sobre os princípios que devem nortear a conduta do administrador público quando da realização de qualquer licitação.

Num trecho em que, conforme a transcrição das fitas, o ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, diz que vai fechar os consórcios que disputavam a Telebrás "daquele jeito que só nós sabemos fazer", Requião ironizou:

– Eu pensava, até agora, que o jeito era o da legislação referente às licitações, mas parece que há outros jeitos – disse o senador.

Requião considerou fundamental que o ministro responda nos tribunais "pelos ilícitos que cometeu" e pediu que o Senado envie urgentemente ao Ministério Públi-

co a transcrição do depoimento e dos questionamentos feitos em plenário.

Em resposta, o ministro Mendonça de Barros disse que não receia os tribunais e explicou não ter condições de confirmar a autoria dos diálogos, até que a Polícia Federal conclua suas investigações e análises técnicas sobre as fitas que recebeu.

O ministro fez questão de reafirmar seu entendimento de que em momento algum houve qualquer favorecimento ou tentativa de favorecimento a qualquer dos consórcios que participaram dos leilões de privatização do sistema Telebrás.

Requião expressou seu entendimento de que não foi a Telemar a empresa-laranja viabilizada para dar uma aparência legal à concorrência. Para o senador, "a empresa-laranja foi o Opportunity, que anunciou ao mercado um ágio de R\$1 bilhão, afastando dessa forma quase todos os interessados". Em sua opinião, o prejuízo do erário nessa licitação foi de R\$1 bilhão, e "seria muito interessante que uma CPI analisasse o conjunto das privatizações".



"Se a ética não foi ferida, o meu conceito de ética é outro", disse Jefferson

Jefferson questiona ética na privatização

Baseado nas gravações das conversas telefônicas do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, publicadas pela imprensa, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) perguntou ao ministro ontem, no plenário do Senado, se a ética foi respeitada durante o processo de privatização do sistema Telebrás. Também indagou se os diálogos publicados não comprovariam que o processo teria transcorrido com vícios.

– Aqui o problema é principalmente de ordem ética. Vossa Excelência disse que não houve lesão aos cofres públicos, nem tirou nenhum proveito disso. Eu acredito. Mas, ministro, ainda que isso seja verdade, queremos saber se houve vícios no processo de privatização ou desvio ético de pessoas que não estavam agindo em caráter particular, mas eram funcionários públicos – indagou o senador Jefferson Péres. Ao ouvir Mendonça de Barros responder que não havia cometido nenhum ato que pudesse comprometer a ética, e que ele estaria sendo questionado apenas por palavras gravadas e divulgadas pela imprensa e não por fatos, Jefferson Péres observou que, se a ética não havia sido ferida apesar de todas as informações já publicadas, o seu conceito sobre a palavra "ética" era diferente.

Freire diz que apuração cabe à Polícia Federal e ao Ministério Público

"O fato é muito grave para ser tratado politicamente. Tem que ser tratado criminalmente." A avaliação é do senador Roberto Freire (PPS-PE), minutos depois da inquirição em plenário do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O senador sustenta que o "grampo" trazido a público pela imprensa – a gravação de diálogos do ministro com interessados na privatização do sistema Telebrás – tem que ser investigado, realizando-se ou não uma CPI para isso.

Freire explicou que esses fatos encerram "uma *notitia criminis*, que começa com o 'grampo' e que tem que ser apurada a partir do Ministério Públi-

co e da Polícia Federal, não politizada numa CPI". Em sua opinião, o procurador-geral da República está agindo incorretamente, desqualificando antecipadamente provas, quando deveria estar determinando as investigações. "No momento em que soube da existência do 'grampo', o procurador devia ter agido", afirmou.

Ele também disse que, em casos como esse, melhor seria que o ministro das Comunicações se afastasse. "Quando fui líder no governo Itamar Franco, eu primeiro defendia o afastamento do ministro. Foi o que aconteceu com Henrique Hargreaves (então ministro-chefe da Casa Civil). Ele saiu, e quando foi comprovada sua inocência ele voltou ao car-



Freire entende que CPI "polizaria" investigação

go", explicou o senador.

Roberto Freire também observou que, no curso dos trabalhos de uma CPI, sempre que se descobre um crime comum, o assunto é enviado para o Ministério Público, a fim de que ele tome providências. No caso das fitas gravadas com as conversas de Mendonça de Barros, ele acha que a ação agora é do Ministério Público. "Só se houver crime de responsabilidade é que concordo com a instalação de uma CPI", opinou.

SUPPLY

Ouvido pela imprensa, também depois do depoimento do ministro das Comunicações, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse convencido de que agora aumentarão as assinaturas para o requerimento de aprovação de uma CPI para investigar a privatização do sistema Telebrás. "Até agora, temos a assinatura de 90 deputados e 16 senadores, mas tenho certeza de que esse número vai aumentar. Alguns senadores já me falam isso", antecipou Suplicy.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Especializada
 7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista sobre as plantas medicinais da Amazônia
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Unibiótica
 8h25 - Nossa Programação
 8h30 - Jornal do Senado
 8h55 - Senado em Pauta
 9h - Sessão Plenária (ao vivo) - Logo após, assista a *Comissão de Relações Exteriores*, gravação em 17/11
 12h30 - *Entrevista* - O professor da UnB, Murilo César Ramos, fala sobre os canais de TV de acesso público
 12h55 - Senado em Pauta
 13h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, as belezas naturais do Amazonas
 13h30 - *Entrevista/Especial* - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista as jornalistas, Tereza Cruvinel, Cristiana Lobo, Eliane Cantanhêde e Dora Kramer. Elas debatem a isenção da imprensa em geral e, em especial, no noticiário político
 14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
 18h30 - *República* - 4º capítulo (reapresentação)
 19h30 - *Palestra* - Terapia de vidas passadas
 20h30 - *Entrevista* - O professor da UnB, Murilo César Ramos, fala sobre os canais de TV de acesso público
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - *Consulta Marcada (reapresentação)* - A endocrinologista Valéria Guimarães aborda as várias doenças que afetam a *Tireóide*
 21h55 - Senado em Pauta
 22h - *Cores do Brasil* - Olinda
 22h30 - *Especial/UNIP* - O médico Dráuzio Varella entrevista Bento Toledo. Assunto: Telemedicina
 22h55 - Senado em Pauta
 23h - *Consulta Marcada (reapresentação)* - A endocrinologista Valéria Guimarães aborda as várias doenças que afetam a *Tireóide*
 24h - *Especial* - O Patrimônio da Humanidade; em destaque, Venezuela

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa *Fala Cidadão*

Destaque de sábado e domingo:

14h30 e 21h - *Os Menestréis do Rádio*, musical com Alexandre Innecco e Cassiano Barbosa
 17h - Debate sobre a isenção na imprensa entre as colonistas Dora Kramer (*Jornal do Brasil*), Eliane Cantanhêde (*Folha de S. Paulo*), Tereza Cruvinel (*O Globo*) e Cristiana Lobo (*Jornal de Brasília*). Mediador: jornalista Fernando Cesar Mesquita

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 9h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Reprise da sessão plenária
 Em seguida - Música e informação

DESTAQUES DO FIM DE SEMANA

■ *Autores e Livros* - Com o autor do livro *A Imprensa e o Caos na Ortografia*, do jornalista Marcos de Castro. A apresentação é de Margarida Patriota
 Amanhã - 10h30 (Reprise Domingo - 19h30)

■ *Brahms: Vida e Obra* - 25º programa. Apresentação: Senador Artur da Távola
 Amanhã - 22h (Reprise Domingo - 17h00)

■ *A Música do Brasil* - Nesta semana, mais um programa de variedades em músicas e intérpretes da nossa MPB. Apresentação: Senador Artur da Távola
 Amanhã - 16h (Reprise Domingo - 22h)

■ *A Música Erudita e seus Mestres* - Neste programa, a música orquestral de todos os tempos, em alguns de seus melhores momentos em obras de Rimsky Korsakov, Debussy, Tchaikovsky e Heitor Villa-Lobos. Apresentação: Senador Artur da Távola
 Amanhã - 11h00 (Reprise Domingo - 11h)

Odacir condena corte de verbas na área de educação

Alegando que só o investimento em "capital humano" faz uma nação se desenvolver, parlamentar cobra qualidade e recursos para o setor

Preocupado com os cortes na proposta orçamentária para o próximo ano, o senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que, apesar do esforço feito pelo governo, por empresas e organizações da sociedade civil, o país ainda não chegou a um ponto satisfatório na área de educação. O senador reconheceu que, hoje, cerca de 92% das crianças brasileiras entre 7 e 14 anos estão na escola, contra um percentual de 85% no começo da década. No entanto, alertou que "graves problemas ainda persistem e estão a exigir continuidade e profundidade de intervenções, para qualificar com excelência o esforço brasileiro em prol do seu capital humano".

Segundo o senador, é preciso começar a perseguir a qualidade no ensino básico para diminuir a evasão escolar. "De acordo com dados sobre o padrão de vida dos brasileiros, obtidos por meio de



Odacir Soares diz que a falta de acesso ao ensino ajuda "a reproduzir a desigualdade"

pesquisa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os 20% mais pobres, a taxa de matrícula em escola das crianças de 7 a 14 anos é de 80%, contra 100% nos países mais desenvolvidos. Eis aqui uma perversa e silenciosa cadeia de reprodução da desigualdade e do subdesenvolvimento", avaliou.

Odacir apontou também a necessidade de condições materiais mínimas para que uma criança permaneça na escola. Os cortes orçamentários anunciados pelo governo nas áreas de educação e saúde, segundo o senador, vão incidir diretamente sobre o que qualquer país tem de mais valioso, o capital humano atual e futuro. Condenando a tendência neoliberal do governo, Odacir Soares afirmou que cabe ao Estado promover e indicar o caminho a seguir pela coletividade.

— Governo que encaminha sua ação para satisfazer imposições externas produz um desenvolvimento envernizado. Como bem afirmou Anaisabel Prera Flores, conselheira-geral da Unesco: "Só há um desenvolvimento: o endógeno, que usa os empréstimos para consolidar processos, mas estabelece claras prioridades no orçamento nacional".

Bezerra alerta para risco de conflito na fronteira de MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) alertou para o perigo de uma disputa por terras que se prenuncia no estado de Mato Grosso, nas áreas de fronteira. Segundo o senador, a disputa seria devido à negativa de ratificação de milhares de títulos de terras expedidos pelo estado, "o que pode vir a estimular o surgimento de um novo Pontal do Paranapanema, pois cerca de 15 mil famílias de trabalhadores sem-terra aguardam a implantação da reforma agrária na região".

Em parecer recentemente emitido, segundo o senador, o procurador-geral do Incra considerou nulos e sem validade jurídica todos os títulos de terra concedidos a partir de 1946 pelos governos estaduais para propriedades nas zonas de fronteira com mais de 2 mil hectares (limite legal vigente desde aquela data). Em consequência, o Banco do Brasil não está aprovando nenhum financiamento para quem não tem a ratificação do Incra em seus títulos.

— Para agravar a situação, o parecer do procurador-geral defende a declaração de nulidade dos

títulos, cumulada com cancelamento do registro do imóvel, e o pagamento de indenizações no caso de haver benfeitorias. Em decorrência, nenhum dos onze estados da fronteira está promovendo assentamentos nas suas faixas de fronteira. Para se ter uma idéia da dimensão da questão, em Mato Grosso, os projetos de colonização serão prejudicados em quase 30 cidades de fronteira, inclusive assentamentos urbanos e, até mesmo, alguns projetos de colonização transformados em municípios — advertiu o senador.



Segundo Carlos Bezerra, há "um novo Pontal do Paranapanema" em gestação

Nana Caymmi é atração na rádio

Convidada do programa *Especial do Mês* que vai ao ar hoje, às 20h, na Rádio Senado, a cantora Nana Caymmi relembra momentos marcantes de sua carreira. Ela relata, entre outros episódios, sua participação no Festival da Canção, em 1966, quando ganhou o primeiro lugar com a interpretação da música *Saveiros*, parceria do irmão Dori com Nelson Motta.

Nana também fala sobre seus casamentos, seus filhos, e sobre como a música interage com a sua vida. Ela revela, ainda, vontade de voltar a compor e demonstra estar atenta à realidade nacional.

Programa mostra gafes da imprensa

O jornalista Marcos de Castro, autor do livro *A Imprensa e o Caos na Ortografia*, é o convidado do programa *Autores e Livros*, que será transmitido amanhã, às 10h30 pela Rádio Senado (reprise domingo às 19h30). A apresentação é da escritora Margarida Patriota. Na entrevista, ele comenta sua obra, que contém um pequeno dicionário de "batatadas" dos meios de comunicação.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Senado já apreciou 369 matérias neste ano

O plenário aprovou nesta semana duas propostas de emenda constitucional e também houve muita atividade nas comissões técnicas, que definiram emendas coletivas ao Orçamento da União para 1999

Com o trabalho desta semana, que incluiu a votação de duas propostas de emenda constitucional, chega a 369 o número de matérias apreciadas pelo Senado desde o início do ano.

Na quarta-feira, foi aprovada em segundo turno a emenda constitucional estabelecendo limites aos gastos das câmaras municipais. A proposta vai agora ao exame da Câmara dos Deputados. O plenário também aprovou, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional instituindo prazo de cinco anos para a prescrição das ações trabalhistas no campo.

Na terça-feira, o Senado votou autorização de empréstimo de R\$ 275 milhões para viabilizar a privatização do Banco do Estado do Maranhão e voto de louvor ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns, pela atuação na Arquidiocese de São Paulo.

Também nesta semana, os senadores participaram de reunião do Congresso Nacional em que foram votadas as medidas provisórias referentes a contribuição previdenci-

ária, incorporação de bancos, utilização de imóveis rurais no pagamento de dívidas com o INSS e aumento de alíquota da Cofins.

Foi também intensa a atividade nas comissões técnicas do Senado, e a maioria delas aprovou emendas coletivas ao Orçamento da União para 1999. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou doze emendas; a de Fiscalização e Controle, cinco; a de Relações Exteriores e Defesa Nacional votou seis e ainda deu parecer favorável ao envio de tropas de apoio à missão de observadores militares Equador/Peru.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou suas emendas ao Orçamento e mais o refinanciamento de dívidas do Pará e saneamento do banco do mesmo estado; pedido de informações ao Banco Central sobre endividamento da prefeitura de Guarulhos (SP); convocação do presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, para prestar esclarecimentos sobre gastos com a implantação do Operador Nacional de Sistema Elétrico.

Além de votar emendas ao Orçamento, a Comissão de Educação aprovou parecer pela criação de *homepage* na Internet para divulgação de dados dos tribunais de contas da União, estados, Distrito Federal e municípios, e mais duas permissões e três concessões de exploração de serviços de radiodifusão.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania resolveu encaminhar quatro emendas ao Orçamento de 1999. A CCJ deu pareceres favoráveis ao novo regime de gestão para organizações militares, ao projeto permitindo ao setor público comprar livros mais baratos no exterior e à alteração dos critérios de arquivamento de documentos oficiais.

Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais deliberaram sobre as suas cinco emendas ao Orçamento de 1999, e vão discutir os cortes para o setor em audiência pública com a presença do ministro da Saúde, José Serra, e do coordenador do Conselho Nacional de Saúde, Nelson Rodrigues dos Santos, no próximo dia 25.

Matérias aprovadas nesta semana

(de 16 a 20 de novembro)

Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	1
Total de matérias aprovadas	3

Matérias apreciadas neste ano

Projetos aprovados e enviados à sanção	52
Projetos aprovados e enviados à promulgação	172
Projetos aprovados e enviados à Câmara	32
Escolha de chefes de missões diplomáticas	23
Escolha de autoridades	18
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	4
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Parecer aprovado sobre consulta ao plenário	1
Total de matérias aprovadas	305
Propostas enviadas ao Arquivo	64
Total de matérias apreciadas	369

Fundos de previdência não poderão mais fazer empréstimos

Os fundos de previdência dos servidores dos estados e das prefeituras não poderão mais fazer qualquer tipo de empréstimo, nem mesmo aos seus filiados ou aos governos estaduais, à União e aos municípios. A proibição consta da Medida Provisória 1.723, aprovada pelo Congresso na noite de quarta-feira, e o objetivo é evitar qualquer interferência dos governos na administração dos fundos. Para que haja total independência administrativa e financeira dos fundos, eles estão proibidos até mesmo de comprar títulos dos estados e das prefeituras.

Já existem no Brasil 1.388 sistemas de previdência de estados e municípios, e eles terão de se adaptar às novas normas, buscando seu equilíbrio financeiro e atuarial. Se isso não for realizado, a União está autorizada a suspender qualquer transferência voluntária de recursos aos estados e prefeituras. Conforme documento do governo que acompanhou a MP, a quase totalidade dos atuais sistemas de previdência encontra-se em situação fi-

nanceira e atuarial inviável. Se nada for feito, de acordo com o governo federal, há risco para a concessão de benefícios e os prejuízos serão pagos pelos cofres estaduais e municipais.

De acordo com a medida provisória, que será encaminhada à sanção presidencial, só podem constituir sistema de previdência, com seus respectivos fundos financeiros, as prefeituras ou estados cuja receita arrecadada seja maior que as transferências constitucionais da União e dos estados. A MP não permite que estados ou prefeituras se unam para criar suas previdências, ao contrário do que noticiou na edição de ontem o *Jornal do Senado*.

A nova legislação determina que, no máximo, os governos poderão contribuir para o fundo com dois reais para cada real do segurado. Caso os governos estejam destinando aos fundos de previdência mais que 12% das suas receitas líquidas, terá de haver ajuste automático das contribuições dos servidores e dos aposentados. Ou seja, poderá ocorrer aumento da alíquota de con-

tribuição dos servidores ou corte nos valores das aposentadorias, pensões e outros benefícios. A MP prevê ainda que os aposentados contribuirão para os fundos nos mesmos percentuais cobrados dos servidores da ativa.

Plenário aprovou nesta semana medida provisória que altera as normas dos fundos de previdência de servidores



As novas regras

- Só poderão constituir fundos de previdência municípios ou estados cujas receitas próprias sejam superiores aos recursos provenientes das respectivas transferências constitucionais
- Os governos só poderão contribuir para fundos de previdência na proporção de dois reais para cada real do segurado
- Os fundos não poderão emprestar dinheiro aos respectivos governos, nem aos filiados
- Os 1.388 sistemas de previdência de estados e municípios terão de se adaptar às novas normas